Anais | II Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura - SEMLACult
Actas | II Seminario Latinoamericano de Estudios en Cultura - SEMLACult
26, 27 e 28 de setembro de 2018, Foz do Iguaçu/PR, Brasil | claec.org/semlacult
Mini Resumos

Análise do sistema de classificação por cor/ raça no Brasil

Análisis del sistema de clasificación por color / raza en Brasil

Guilherme Nogueira de Souza[1]

Resumo

O Brasil é o país com a maior população afrodescendente de toda América Latina. O processo de colonização portuguesa, ao introduzir o trabalho compulsório de nativos dos mais diferentes grupos sociais africanos e privilegiar a povoação e controle do território via intercurso sexual com nativos indígenas e escravos, deu origem a uma nação miscigenada e, ao mesmo tempo, marcada por uma ampla desigualdade social e econômica que assume perceptíveis traços raciais.

O sistema de classificação de raça/ cor que se desenvolveu no Brasil está intimamente relacionado ao processo colonial. Nos dias atuais, pode-se dizer que há dois grandes sistemas de classificação étnico-racial no país: o oficial e o de uso cotidiano. O oficial está assentado em cinco categorias, quatro referentes à cor (branco, preto, pardo e amarelo) e uma referente à etnia (indígena). O sistema de uso cotidiano, mais flexível que o sistema oficial, varia segundo o tipo de interação interpessoal. Ambos os sistemas de classificação racial, no entanto, estão assentados nas características físicas dos sujeitos (com exceção da categoria oficial "indígena"), tendo a cor da pele como elemento fundamental no processo de classificação.

No entanto, nos últimos 20 anos, a lenta e silenciosa ascensão socioeconômica de parcelas da população negra brasileira, o processo de discussão das desigualdades sócio-raciais, a emergência de diferentes políticas de combate à desigualdade social e a implantação de políticas compensatórias focadas na população negra tem gerado amplos debates públicos entre pesquisadores, gestores e militantes de movimentos sociais a respeito das categorias de classificação e seus usos. É neste contexto que o presente artigo discute o sistema de classificação racial, sua estruturação, transformações e usos cotidianos, focando na população negra brasileira.

Palavras-Chave: desigualdade; identidades sociais; racismo; relações raciais; sistema de classificação.

Resumen

Brasil es el país con la mayor población afrodescendiente de toda América Latina. El proceso de colonización, mediante la introducción de trabajo esclavo de diferentes colectivos sociales africanos y al favorecer el asentamiento y el control del territorio a través de las relaciones sexuales con los nativos indígenas y los esclavos africanos, dio a luz a una nación mestiza y, al mismo tiempo, marcado por una amplia desigualdad social y económica que asume perceptibles rasgos raciales.

El sistema de clasificación de raza / color que se desarrolló en Brasil está íntimamente relacionado al proceso colonial. En los días actuales, se puede decir que hay dos grandes sistemas de clasificación étnico-raciales en el país: el oficial y el de uso cotidiano. El oficial está asentado en cinco categorías, cuatro referentes al color (blanco, negro, "pardo" y amarillo) y una referente a la etnia (indígena). El sistema de uso cotidiano, más flexible que el sistema oficial, varía según el tipo de interacción interpersonal. Los sistemas de clasificación racial, sin embargo, están asentados en las características físicas de los sujetos (con excepción de la categoría oficial "indígena"), teniendo el color de la piel como elemento más importante en el proceso de clasificación.

Sin embargo, en los últimos 20 años, la lenta y silenciosa ascensión socioeconómica de parte de la población afrobrasileña, el proceso de discusión de las desigualdades socio-raciales, la emergencia de diferentes políticas de lucha contra la desigualdad social y la implantación de políticas de reparación enfocadas en la población

[1] Doutor em Ciências Sociais; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; guilherme.souza@uerj.br, guilherme.nogueira.souza@hotmail.com

afrobrasileña ha generado discusiones entre investigadores, gestores y activistas de movimientos sociales acerca de las categorías de clasificación y sus usos. Es en este contexto que el presente artículo desea examinar el sistema de clasificación racial, su estructuración, transformaciones y usos cotidianos, enfocándose en la población afrobrasileña.

Palabras claves: la desigualdad; identidades sociales; discriminación racial; relaciones raciales; sistema de clasificación.

1.Introdução

O Brasil é o país com a maior população afrodescendente de toda América Latina e com a maior população negra fora da África. O processo colonial que inseriu as terras da América ao circuito de produção do capitalismo emergente. Ao introduzir o trabalho compulsório de nativos dos mais diferentes grupos sociais africanos e privilegiar uma política demográfica assentada no povoamento com fins ao comércio transatlântico, além do controle do território via intercurso sexual com nativos e africanos submetidos ao regime de escravidão, deu origem a uma nação miscigenada e, ao mesmo tempo, marcada por uma ampla desigualdade social e econômica que assume perceptíveis traços raciais (MOURA, 2014). A consolidação da política de estratificação social marcada pela classificação dos grupos mestiços como categorias legítimas da ordem social nascente foi elemento central para a consolidação de uma sociedade cujas relações sociais e de cor são expressão das relações de classe que se instauraram no território com o avanço da incorporação do chamado Novo Mundo às demandas de produção das relações capitalistas que emergiam na Europa entre os séculos XV e XVII (WALLERSTEIN, 1974a).

O sistema de classificação de raça/ cor que se desenvolveu no Brasil está intimamente relacionado ao processo colonial. Nos dias atuais, pode-se dizer que há dois sistemas de classificação étnico-racial no país, ambos intimamente vinculados: o oficial e o de uso cotidiano. O oficial está assentado em cinco categorias, quatro referentes à cor (branco, preto, pardo e amarelo) e uma referente à etnia (indígena). O sistema de uso cotidiano, mais flexível que o sistema oficial, varia segundo o tipo de interação interpessoal, apresentando também um número bem maior de categorias. Ambos os sistemas de classificação racial, no entanto, estão assentados nas características físicas dos sujeitos (com exceção da categoria oficial "indígena"), tendo a cor da pele como elemento fundamental no processo de classificação.

No entanto, nos últimos 20 anos, a lenta e silenciosa ascensão socioeconômica de parcelas da população negra brasileira – mesmo que de curta distância –, o processo de discussão das desigualdades de caráter racial, a emergência de diferentes políticas de combate à desigualdade social e a implantação de políticas compensatórias focadas na população negra tem gerado amplos debates públicos entre pesquisadores, gestores e militantes de movimentos sociais a respeito das categorias de classificação e seus usos. É neste contexto que o presente artigo discute o sistema de classificação racial, sua estruturação, transformações e usos cotidianos, focando na população negra brasileira, especialmente a partir da reflexão e do uso dessas categorias a partir das camadas médias urbanas.

Para tanto, o presente trabalho está estruturado em três eixos: o primeiro é uma análise histórica a respeito dos censos demográficos e dos usos das categorias de classificação ao longo do tempo no Brasil; o segundo eixo discute a categoria social "negro" e a forma como esse termo tem sido utilizado; o terceiro eixo analisa o material etnográfico oriundo de entrevistas com sujeitos pretos e pardos de setores médios da região metropolitana do Rio de Janeiro a respeito dos usos dos sistemas de classificação por cor/raça. Estes eixos não são seções estanques, mas norteadores da construção textual que se segue.

2.Objetivos

O presente pretende analisar a maneira como homens e mulheres autoclassificados como pretos e pardos, segundo as categorias oficiais, vivenciam as dinâmicas do sistema de classificação de cor/ raça no Brasil. Para tanto, se faz necessário analisar a estruturação do sistema, suas categorias ao longo do tempo, a relação dessas categorias com a ordem social vigente e a maneira como mudanças na ordem social afetam a forma como essas categorias são vivenciadas e apropriadas pelos sujeitos históricos nos processos políticos.

3.Metodologia

Os dados que subsidiam este trabalho foram produzidos a partir do desenvolvimento da pesquisa internacional "A Comparative Study of Responses to Discrimination by Members of Stigmatized Groups", sob a coordenação da Drª Michéle Lamont, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Harvard. O projeto visava compreender as narrativas e as estratégias anti-estigmatização utilizadas por grupos em diferentes contextos e estruturas sociais. Além de focar nos impactos de experiências de estigmatização sobre a saúde física e emocional dos membros destes grupos. O projeto estava dividido em alguns eixos, sendo eles: "Self-Perceptionand Ethno-racial identity", "Perception of Society", "Symbolic Boundaries", "Experience so Racism" e "Anti-Racistand Equalization Strategies". A pesquisa foi realizada simultaneamente em diferentes cidades "racialmente" mistas pelo mundo, focando em grupos sociais específicos; fazendo recorte de gênero – quando possível – e de *status* profissional. Além da população "preta" e "parda" do Rio de Janeiro, dividida entre profissionais de baixa qualificação e profissionais de elevada qualificação, a pesquisa foi realizada entre os afroamericanos residentes em Nova York, e com os imigrantes etíopes – Mizharis – e cidadãos muçulmanos palestinos em Jaffa/ TelAviv.

No Rio de Janeiro, foram realizadas 280 entrevistas, sendo 80 com profissionais de alta qualificação. Os critérios mínimos para classificação como profissional de alta qualificação seriam: formação superior, preferencialmente, em profissões de maior *status*; atuação em atividade que exigisse formação superior, não necessariamente na mesma área de atuação; residência na região metropolitana do Rio de Janeiro; e, por fim, ser classificado como "preto" ou "pardo" segundo as categorias oficiais. O intervalo etário ficou em 25 e 70 anos e buscou-se manter a paridade de gênero. A estrutura metodológica da pesquisa original esteve assentada na construção de um amplo banco de dados a partir da classificação e codificação de categorias centrais de modo a permitir a comparação de informações oriundas de diferentes cidades e contextos culturais. Entretanto, para o presente trabalho foram selecionadas 11 entrevistas, entendendo as mesmas como unidades discursivas marcadas pela especificidade do momento de interação entre entrevistador e entrevistado.

4.Resultados

O círculo social no qual estão inseridos os entrevistados é composto majoritariamente por homens e mulheres brancos. A classe social parece ser mais central do que outras formas de pertencimento no que se refere à construção de redes sociais. E, exatamente por isso, ao se referirem às redes de sociabilidade, é sempre presente a informação de que, ao longo de toda a vida, nunca tiveram dificuldades em estabelecer contatos fraternos e profissionais com

pessoas brancas. Não aparecem em nenhuma das entrevistas, narrativas assentadas na exclusão social segundo a cor de pessoas brancas. Antes, a recusa a uma sociedade segregada aparece como elemento central da crítica aos padrões de desigualdade no Brasil.

A categoria "pardo" aparece em várias entrevistas. Ora como classificação, ora como objeto de críticas. E, em alguns casos, a junção dos dois. A crítica mais frequente a esta categoria é a dificuldade de definir o seu conteúdo real. Alguns alegam que "pardo é papel", "pardo é japonês" ou ainda, "não sei o que é ser pardo". Todas as categorias de classificação são construtos, são produtos do processo social de construção da realidade. Entretanto, na fala dos interlocutores, é como se houvesse categorias mais reais que outras. E "pardo", por certo, não está dentre as categorias com maior uso e legitimidade social, ao menos neste grupo social.

Outras categorias como "moreno" e "mulato" aparecem com um uso mais pontual. E mais do que isso, aparece mantendo uma dinâmica tradicional, uma concepção de mulato como resultado do intercâmbio sexual entre brancos e pretos. Mulato aparece mais como uma categoria descritiva do que como uma categoria identitária. Interlocutores com pais de cores distintas se apresentaram como negros e, ao mesmo tempo, se referiram a outros, com o mesmo arranjo familiar, como mulatos. Pais descrevem os próprios filhos como mulatos e, ao mesmo tempo, os definem como negros.

Em alguns casos, a categoria "negro" parece ser equiparada à categoria "preto", como forma descritiva, e não necessariamente identitária. Nesses casos, parece que o termo "preto" e o termo "negro" se tornam sinônimos, forças descritivas negociando com a gramática racial brasileira. Quando o termo negro perde o caráter identitário, para se tornar apenas uma categoria descritiva, deixa de ser englobante das categorias "mulato", "mestiço" ou "pardo" e passa a ser uma categoria concorrente.

5.Conclusões

O presente trabalho pretendia analisar os usos das categorias classificatórias de cor/ raça no Brasil, não somente refletindo sobre as estruturas formais que deram origem e dão sustentação a estas categorias, como, em especial, a maneira como estas categorias se tornam parte da vida de homens e mulheres, pretos e pardos, das classes médias urbanas no contexto das relações raciais como forças estruturantes dos marcadores simbólicos e materiais constitutivos da distribuição de riqueza, honra e poder na sociedade brasileira. A análise dos discursos no processo das entrevistas apontam para o fato de que, a despeito das demandas por um sistema de classificação assentado na origem por parte de alguns grupo militantes do movimento negro, o êxito na incorporação da categoria "negro" como novidade do sistema classificatório ainda está articulado com a lógica de funcionamento de uma tradicional gramática classificatória cujos termos são intercambiáveis segundo as circunstâncias e traços físicos. A lógica da "marca" sobrevive a despeito das alterações de protagonismo no processo de classificação, mesmo havendo alteração dos conteúdos simbólicos articulados à estas categorias. Não há gramática que não sofra alteração com o uso, nem a gramática racial. É possível pensar que, no que se refere às categorias classificatórias e à construção das identidades sociais, em meio a um conjunto de alterações, com a emergência de novas categorias e a aposentadoria de outras. Apesar de parecer ser uma versão da mesma gramática, os homens e mulheres de classe média parecem ter um repertório bem mais limitado que o conjunto da população, há uma mudança no uso e no significado, mas não necessariamente na lógica que subjaz a formulação discursiva. Talvez efeito da região – Rio de Janeiro –, talvez efeito de uma escolarização/ socialização diferenciada, talvez como

consequência de um projeto político-identitário particular, ou mesmo todas essas possibilidades congregadas, há a emergência de uma categoria que não era representativa no passado e torna-se agora, com forte caráter identitário. Entretanto, se por um lado, a emergência da categoria "negro" é um efeito de outras mudanças sociais no que tange às condições materiais e simbólicas – fruto de pequenas, mas expressivas mudanças no cenário político e econômico no que tange à pauta; por outro, o outro da categoria aponta para uma dualidade entre um sistema de classificação assentado na origem – demanda de alguns movimentos organizados, incorporadas eventualmente por parte dos entrevistados – e a articulação desta categoria com uma forma tradicional de marcar a diferença dentro da tradição colonial que portugueses introduziram no território quando da invenção do Brasil como parte dos fluxos econômicos, políticos e culturais do capitalismo nascente.

6.Referências

AZEVEDO, T de. As elites de cor: um estudo sobre ascensão social. São Paulo: Nacional, 1955.

CARVALHO, J.A.M. de; WOOD, C.H. & ANDRADE, F.C.D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/1990. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 20, n.1, jan/jun. 2003

FARIAS, Patrícia Silveira. Pegando uma cor na praia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2003.

FIGUEIREDO, Ângela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. Caderno Pagu. n° 23. Campinas: 2004.

_____Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. UCAM. Rio de Janeiro: 2002.

_____Maldita ou bendita classe média negra? Revista Interseções. Ano 6. n°1. Rio de Janeiro: 2004

FRY, Peter. A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo da política pública no Brasil. Rio de Janeiro: Cad. de Saúde Pública, nº 18, 2002.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2005

_____SILVA, Nelson do Valle e LIMA, Márcia. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999

LIMA, Márcia & Abdal, Alexandre. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº17, jan/jun. 2007, p.216 – 238.

SHERIFF, Robin E. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcellos (org). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; CHOR, Dóra; FAERSTEIN, Eduardo e LOPES, Claudia S. Cor e raça no Estudo Pró-Saúde: resultado comparativo de dois métodos de

autoclassificação no Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(1): 171- 180, jan-fev, 2005.
MOURA, C. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Anita Garibaldi Ed., 2014
NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985.
PINTO, L.A. Costa. O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
SANSONE, Lívio. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção da cultura negra do Brasil. Edufba/ Pallas. Salvador: 2004.
SOARES, Reinaldo da Silva. Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra. Tese de Doutorado: FFLCH\ USP. São Paulo: 2004.
_____O cotidiano de uma escola de samba paulista: o caso do Vai-Vai. Dissertação de Mestrado: FFLCH\ USP. São Paulo: 1999.
SOUZA, Guilherme Nogueira. Os negros ascendentes na região metropolitana do Rio de Janeiro: trajetórias e perspectivas. Tese de Doutorado: PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro, 2012.
_____Os negros de camadas médias no Rio de Janeiro: um estudo sobre identidades sociais. Dissertação de Mestrado: PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro, 2008.
SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, 55, Novembro 1999, pp. 83-96
TEIXEIRA, Moema de Poli. Negros na universidade. Rio de Janeiro: Pallas, 2003
VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2004
_____Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
WALLERSTEIN, I. O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974a.
_____ . O sistema mundial moderno. Vol. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974b.
_____ . A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A., LIMA VIEIRA, R., & FILOMENO, F. A. (org.). O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed., 2012.
WOOD, C.H. e CARVALHO, J.A.M, de. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, 11(1), 1994.